



Demonstrações Financeiras 2020

**Cooperativa de Crédito, Poupança e
Investimento do Norte do Paraná e Sul de
São Paulo - Sicredi Norte Sul PR/SP**

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal**



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Norte do Paraná e Sul de São Paulo - Sicredi Norte Sul PR/SP
Santo Antônio da Platina / PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Norte do Paraná e Sul de São Paulo - Sicredi Norte Sul PR/SP (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações de sobras, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Norte do Paraná e Sul de São Paulo - Sicredi Norte Sul PR/SP em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Building a better
working world

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



Building a better
working world

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 03 de março de 2021

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Norte do Paraná e Sul de São Paulo - Sicredi Norte Sul PR/SP, em conformidade aos dispositivos legais e estatutários, divulga as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, juntamente com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

A cooperativa no decorrer do exercício social de 2020 atuou em inúmeras iniciativas para contribuir com o desenvolvimento da comunidade onde atua, além de diversas ações sociais. Podemos destacar os seguintes negócios sociais: fomento à economia local, a fim de mover a roda econômica da região durante a pandemia, buscando preservar micro e pequenas empresas e manter empregos. A cooperativa também atuou fortemente na educação, formação e informação, levando conhecimento aos seus associados, por meio de palestras de educação cooperativa e financeira aos comitês jovem e mulher, formados por associados. Dessa forma, a cooperativa cumpriu com o seu papel de não só atender as necessidades financeiras dos associados, mas sim promover conhecimento e crescimento aos seus associados e a comunidade onde está inserida.

Durante este período podemos destacar os seguintes fatos administrativos: criação de uma campanha dos 35 anos da Cooperativa, buscando ajudar no desenvolvimento das comunidades beneficiando também as instituições locais que tanto necessitaram neste ano de pandemia, tivemos também a inclusão de campanhas para o incentivo da economia local e do aplicativo Conecta.

Enfrentamento da Pandemia

Ao longo de todo o ano seguimos enfrentando a pandemia do novo Coronavírus (COVID 19) no país. O Sicredi esteve junto à população, prestando o atendimento necessário aos associados, colaboradores e às comunidades. Tomamos os cuidados para evitar a propagação da doença, seguindo as orientações do Ministério da Saúde e demais órgãos competentes no combate ao vírus; e mantivemos viva a nossa missão: valorizar o relacionamento, oferecer soluções financeiras para agregar renda e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade.

Nossas linhas de crédito seguiram ativas e disponibilizamos também as linhas dos programas emergenciais do Poder Público. Como é intrínseco do nosso modelo de negócio, acompanhamos de perto a realidade dos associados e das regiões onde estamos presentes, o que possibilita ampliar a oferta de opções adequadas às necessidades de cada um no enfrentamento da crise e na manutenção dos negócios. Em um ano marcado pelo distanciamento humano, nossos meios eletrônicos de atendimento (caixas automáticos, internet banking, aplicativo) viabilizaram muitas de nossas demandas, são canais completos que permitem a realização da maior parte das operações sem a necessidade de ida às agências. Também contamos com canais telefônicos que podem ser utilizados para tirar dúvidas e atendimento via WhatsApp, o que traz ainda mais agilidade para muitas das solicitações.

Por meio de movimentos como Gente que Coopera Cuida e Eu Coopero com a Economia Local cuidamos das pessoas; tivemos o bem-estar de colaboradores e associados como foco e reafirmamos a força do cooperativismo como motor capaz de contribuir com a continuidade da atividade econômica no país.

A cooperativa atuou fortemente neste momento de crise para que as demandas dos associados fossem sempre atendidas. Dentre as ações de enfrentamento à pandemia, destacamos algumas doações que foram realizadas para os hospitais e secretarias municipais de saúde que enfrentam as dificuldades da escassez de recursos.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Norte do Paraná e Sul de São Paulo - Sicredi Norte Sul PR/SP
CNPJ/MF nº 79.063.574/0001-69

ATIVO		31/12/2020	31/12/2019	PASSIVO		31/12/2020	31/12/2019
ATIVO		922.695	644.560	PASSIVO		816.536	548.603
DISPONIBILIDADES	(Nota 04)	18.059	15.914	DEPÓSITOS	(Nota 11)	593.440	389.217
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		881.623	602.052	Depósitos à vista		175.575	100.765
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(Nota 05)	5.118	8.257	Depósitos interfinanceiros		46.590	5.652
Centralização financeira	(Nota 04)	375.375	178.775	Depósitos à prazo		371.275	282.800
Relações interfinanceiras ativas		480	989	DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		160.630	116.552
Operações de crédito	(Nota 06)	456.470	385.718	Relações interfinanceiras	(Nota 12)	147.468	105.935
Outros ativos financeiros	(Nota 07)	44.180	28.313	Obrigações por empréstimos	(Nota 13)	4.487	4.464
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	(Nota 06)	(18.010)	(18.014)	Obrigações por repasses	(Nota 14)	2.712	-
OUTROS ATIVOS	(Nota 08)	8.395	8.544	Outros passivos financeiros	(Nota 15)	5.963	6.153
INVESTIMENTOS	(Nota 09)	10.206	10.206	PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS	(Nota 16)	539	491
IMOBILIZADO DE USO	(Nota 10)	18.086	20.974	OUTROS PASSIVOS	(Nota 17)	61.927	42.343
INTANGÍVEL	(Nota 10)	4.336	4.884	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 18)	106.159	95.957
				CAPITAL SOCIAL		46.067	44.021
				RESERVAS DE SOBRAS		56.905	48.864
				SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		3.187	3.072
TOTAL DO ATIVO		922.695	644.560	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		922.695	644.560

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Norte do Paraná e Sul de São Paulo - Sicredi Norte Sul PR/SP
CNPJ/MF nº 79.063.574/0001-69

Descrição das contas	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	36.391	76.129	82.381
Operações de crédito	(Nota 06)	36.339	75.928
Resultado de títulos e valores mobiliários	51	200	191
Resultado das aplicações compulsórias	1	1	-
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(12.935)	(25.581)	(30.404)
Operações de captação no mercado	(4.053)	(9.313)	(14.106)
Operações de empréstimos e repasses	(3.384)	(6.741)	(5.953)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(Nota 06)	(5.498)	(9.527)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	23.456	50.548	51.977
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(16.380)	(32.834)	(31.391)
Ingressos e receitas de prestação de serviços	13.111	23.604	18.686
Rendas de tarifas bancárias	4.250	8.372	7.626
Dispêndios e despesas de pessoal	(Nota 22)	(15.013)	(29.175)
Outros dispêndios e despesas administrativas	(Nota 23)	(14.494)	(28.151)
Dispêndios e despesas tributárias	(206)	(602)	(1.013)
Outros ingressos e receitas operacionais	(Nota 24)	5.688	10.844
Outros dispêndios e despesas operacionais	(Nota 25)	(9.716)	(17.726)
RESULTADO OPERACIONAL	7.076	17.714	20.586
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	1.180	1.214	(593)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	8.256	18.928	19.993
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	134	(690)	(792)
Provisão para Imposto de Renda	97	(436)	(502)
Provisão para Contribuição Social	37	(254)	(290)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(2.199)	(4.589)	(4.477)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	6.191	13.649	14.724

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Norte do Paraná e Sul de São Paulo - Sicredi Norte Sul PR/SP
CNPJ/MF nº 79.063.574/0001-69

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2019	37.072	40.651	2.762	80.485
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	-	-	(2.737)	(2.737)
Outras destinações	-	-	(25)	(25)
Capital de associados				
Aumento de capital	6.334	-	-	6.334
Baixas de capital	(1.755)	-	-	(1.755)
Resultado do período	-	-	14.724	14.724
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(1.024)	(1.024)
Juros sobre o capital próprio	2.370	-	(2.415)	(45)
Reserva legal - Estatutária	-	6.144	(6.144)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	2.069	(2.069)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	44.021	48.864	3.072	95.957
Mutações do Período	6.949	8.213	310	15.472
Saldos no início do período em 01/01/2020	44.021	48.864	3.072	95.957
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	926	-	(3.048)	(2.122)
Outras destinações	-	-	(24)	(24)
Capital de associados				
Aumento de capital	3.285	-	-	3.285
Baixas de capital	(3.494)	-	-	(3.494)
Resultado do período	-	-	13.649	13.649
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(1.063)	(1.063)
Juros sobre o capital próprio	1.329	-	(1.358)	(29)
Reserva legal - Estatutária	-	6.375	(6.375)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	1.666	(1.666)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2020	46.067	56.905	3.187	106.159
Mutações do Período	2.046	8.041	115	10.202
Saldos no início do período em 01/07/2020 (Não auditado)	44.215	48.864	7.458	100.537
Capital de associados				
Aumento de capital	2.584	-	-	2.584
Baixas de capital	(2.061)	-	-	(2.061)
Resultado do período	-	-	6.191	6.191
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(1.063)	(1.063)
Juros sobre o capital próprio	1.329	-	(1.358)	(29)
Reserva legal - Estatutária	-	6.375	(6.375)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	1.666	(1.666)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2020	46.067	56.905	3.187	106.159
Mutações do Período	1.852	8.041	(4.271)	5.622

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Norte do Paraná e Sul de São Paulo - Sicredi Norte Sul PR/SP
CNPJ/MF nº 79.063.574/0001-69

	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	7.264	17.014	20.517
Resultado do semestre/exercício	6.191	13.649	14.724
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	1.073	3.365	5.793
(Reversão) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(178)	(4)	2.895
(Reversão) para desvalorização de outros ativos	(125)	(134)	(52)
Depreciação e amortização	2.362	4.510	3.249
Baixas do ativo permanente	7	8	685
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	70	48	40
Destinações ao FATES	(1.063)	(1.063)	(1.024)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	40.834	185.197	1.688
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	2.210	3.139	(5.601)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	8.459	509	(423)
(Aumento) em operações de crédito	(70.791)	(70.752)	(81.583)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	24.316	41.533	16.367
(Aumento) em outros ativos financeiros	(14.911)	(15.867)	(7.200)
(Aumento) Redução em outros ativos	3.327	283	(74)
Aumento em depósitos	63.997	204.223	72.355
Aumento (Redução) em passivos financeiros	(520)	(190)	268
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	828	2.735	948
Absorção de dispêndios pelo FATES	(82)	(471)	(920)
Aumento em outros passivos	24.001	20.055	7.551
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	48.098	202.211	22.205
Aquisição de investimentos	-	-	(2.205)
Aquisição de imobilizado de uso	(854)	(115)	(7.004)
Aplicações no intangível	(546)	(967)	(642)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(1.400)	(1.082)	(9.851)
Integralização de capital	2.584	3.285	6.334
Baixa de capital	(2.061)	(3.494)	(1.755)
Juros ao capital próprio	(29)	(29)	(45)
Distribuição de Sobras	-	(2.146)	(2.762)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	494	(2.384)	1.772
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	47.192	198.745	14.126
Caixa e equivalente de caixa no início do período	346.242	194.689	180.563
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 04)	393.434	393.434	194.689

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Norte do Paraná e Sul de São Paulo - Sicredi Norte Sul PR/SP

CNPJ/MF nº 79.063.574/0001-69

	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
Resultado líquido do exercício	6.191	13.649	14.724
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente atribuível	6.191	13.649	14.724

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Norte do Paraná e Sul de São Paulo - Sicredi Norte Sul PR/SP ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ ("Central") e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") com início das atividades em 03/06/1985 e sede situada na Rua 24 de Maio, 106 - A, na cidade de Santo Antônio da Platina - Paraná. A Cooperativa tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2020, está organizado por 108 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.990 pontos, dos quais a Cooperativa opera em 22 pontos de atendimentos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2021, as alterações da Resolução CMN nº 4.818/2020 e da Resolução Bacen nº 2/20 foram incluídas na apresentação das demonstrações financeiras. O objetivo principal dessas alterações é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações de acordo com as normas internacionais de contabilidade, International Financial Reporting Standards (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade e não mais segregadas em Circulante e Não Circulante, sendo a segregação apresentada apenas em Nota Explanativa; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 24 de fevereiro de 2021.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de uso e intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos ativos.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de uso e intangível".

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos e repasses interfinanceiros

Os depósitos à vista são compostos de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Os depósitos à prazo são compostos por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós-fixada e estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

Os repasses interfinanceiros estão demonstrados pelos valores das exigibilidades, considerados os encargos, variações cambiais e monetárias até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base pro rata dia.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas apropriar.

n) Impostos e contribuições

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem sobre o resultado positivo em atos não cooperativos; neste caso, a provisão corresponde às alíquotas vigentes para o IRPJ (15%, acrescida de adicional de 10%) e a CSLL (15%), aplicadas sobre o lucro auferido, após os ajustes de base de cálculo previstos na legislação e a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL de anos anteriores, sendo essa dedução limitada a 30% do lucro tributável.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas estão sujeitas às contribuições para o Programa de Integração Social (PIS – 0,65%) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS – 4%) sobre as receitas auferidas nas operações com não associados, após a dedução de itens específicos previstos pela legislação, como as sobras apuradas nas Demonstrações de Sobras ou Perdas (DSP).

Na esfera municipal, a cooperativa está sujeita à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), apurado a partir da receita com atos não cooperativos, ou seja, em decorrência da prestação de serviços a não associados; as alíquotas variam entre 2% e 5% e são determinadas pela legislação vigente em cada município.

Os ingressos decorrentes de operações realizadas com cooperados não possuem incidência de tributos.

o) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Principais julgamentos e estimativas contábeis

Na elaboração da Demonstração Financeira são exigidas aplicações de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto relevante sobre essas demonstrações. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre.

As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pela Administração são detalhadas abaixo:

I - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

O detalhamento da provisão para perdas está apresentado na NOTA 06;

II - Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de natureza fiscal, cível, tributários e trabalhistas através de avaliações jurídicas. A avaliação do prognóstico de perda leva em conta a probabilidade de desembolso da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento quanto maior for a incerteza existente.

O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na NOTA 16;

III - Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados;

IV - Mensuração dos efeitos decorrentes da covid-19 nas Demonstrações Financeiras e impactos na Cooperativa: A Administração acompanha a evolução das suas operações que inclui o monitoramento dos níveis de capital e liquidez, do comportamento do risco de crédito dos ativos, dos riscos de mercado e seus instrumentos financeiros, da produção de novas operações de crédito e da evolução das captações. Os principais efeitos e impactos decorrentes da covid-19 sobre as Demonstrações Financeiras deste período estão descritos, quando aplicável, nas notas correspondentes às linhas do Balanço que foram afetadas.

q) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda funcional que é o real (R\$), e as informações, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

r) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado recorrente é aquele que está relacionado com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto o resultado não recorrente é aquele decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de caixa, foram classificados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidades	18.059	15.914
Relações interfinanceiras - centralização financeira em Cooperativa Central	375.375	178.775
Total	393.434	194.689

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2020 equivale a 97% do CDI (dezembro de 2019 - 99%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	31/12/2020				31/12/2019
	A vencer				Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
DI entre Banco e Cooperativa	-	1.346	3.772	5.118	8.257
Total	-	1.346	3.772	5.118	8.257
Total circulante				1.346	-
Total não circulante				3.772	8.257

As aplicações de DI entre o Banco Sicredi e a Cooperativa são realizadas para cobrir as antecipações de recebíveis na adquirência e as operações de consignado INSS, ambas efetuadas pelos associados, com taxa de remuneração de 105% e 100% do CDI, respectivamente.

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação e prazos:

Operações de crédito e Outros créditos	Vencidas a partir de 15 dias	31/12/2020			31/12/2019
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total da carteira
Empréstimos e títulos descontados	4.728	55.749	94.256	99.053	253.786
Financiamentos	46	6.004	20.170	44.490	70.710
Financiamentos rurais e agroindustriais	2.803	14.179	59.375	55.617	131.974
Total das operações de crédito	7.577	75.932	173.801	199.160	456.470
Avali e fianças honrados	37	-	-	-	37
Devedores por compra de valores e bens	-	72	504	3.841	4.417
Títulos e créditos a receber	-	25.591	10.161	21	35.773
Total de outros créditos	37	25.663	10.665	3.862	40.227
Carteira total	7.614	101.595	184.466	203.022	496.697
Total circulante				293.675	294.231
Total não circulante				203.022	118.234

Os títulos e créditos a receber referem-se aos valores a receber de associados relativos a transações de cartões efetuadas na modalidade crédito sem juros.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de risco	% Provisão	Carteira		Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
AA	-	22.615	80	-	-
A	0,50	249.470	181.118	1.240	906
B	1,00	159.560	148.566	1.583	1.485
C	3,00	33.236	49.676	997	1.490
D	10,00	14.964	12.610	1.496	1.261
E	30,00	3.268	7.303	981	2.191
F	50,00	3.059	3.700	1.529	1.850
G	70,00	1.138	1.936	797	1.355
H	100,00	9.387	7.476	9.387	7.476
Total		496.697	412.465	18.010	18.014

Conforme disposto no Art. 5º da Resolução 4.800/20 a provisão face à perda para as operações enquadrados no Programa Emergencial de Suporte à Empregos deve incidir apenas sobre o montante equivalente ao Capital Próprio destinado para esse fim, esses valores estão sendo apresentados juntamente com o montante provisionado das operações de crédito e outros créditos.

A Cooperativa também possui Coobrigações em garantias prestadas no montante de R\$ 32.815 (dezembro de 2019 - R\$ 12.613) onde estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes (Nota 27). As provisões decorrentes desses contratos estão registradas na rubrica 4.9.9.45.85-8 – Provisão para Garantias Financeiras Prestadas - Outras Fianças Bancárias, e compreendem o montante de R\$ 359 (dezembro de 2019 - R\$ 150) conforme Nota 15.

c) Composição da carteira de créditos segregada por setor de atividade e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	31/12/2020			31/12/2019	
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total da Carteira	Total da Carteira
Pessoas físicas	3.547	48.222	61.684	61.194	174.647	155.254
Rural	2.803	14.179	59.375	55.617	131.974	105.377
Industrial	81	6.459	13.108	10.267	29.915	26.189
Comércio	823	22.253	35.168	51.519	109.763	85.734
Outros serviços	360	10.482	15.131	24.425	50.398	39.911
Total	7.614	101.595	184.466	203.022	496.697	412.465
Total circulante					293.675	294.231
Total não circulante					203.022	118.234

d) Concentração das operações de crédito

	31/12/2020	%	31/12/2019	%
10 maiores devedores	41.212	8,30	34.089	8,26
50 devedores seguintes	83.591	16,83	67.951	16,47
100 devedores seguintes	75.485	15,20	57.641	13,97
Demais	296.409	59,67	252.784	61,30
Total	496.697	100,00	412.465	100,00

e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial		15.119
Constituição de provisão	22.455	21.427
Reversão de provisão	(12.928)	(11.082)
Movimentação de baixados para prejuízo	(9.531)	(7.450)
Saldo final	18.010	18.014

f) Resultado com operações de crédito:

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos e títulos descontados	25.819	56.699	66.500
Financiamentos	3.936	7.545	5.983
Financiamentos rurais e agroindustriais	4.477	8.482	6.562
Outros	9	11	14
Subtotal	34.241	72.737	79.059
Recuperações de créditos baixados como prejuízo	2.098	3.191	3.131
Total	36.339	75.928	82.190

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 22.214 (2019 - R\$ 17.914).

NOTA 07 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos financeiros, estão assim compostos:

	31/12/2020	31/12/2019
Títulos e créditos a receber (Nota 06)	35.773	25.328
Rendas a receber	1.548	1.161
Devedores por compra de valores e bens (Nota 06)	4.417	1.391
Avali's e fianças homardos (Nota 06)	37	28
Operações com cartões	573	275
Devedores por depósitos em garantia	1.832	130
Total	44.180	28.313
Total circulante	38.486	27.432
Total não circulante	5.694	881

Os títulos e créditos a receber referem-se a valores a receber das transações de cartões de crédito.

NOTA 08 – OUTROS ATIVOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos, estão assim compostos:

	31/12/2020	31/12/2019
Outros valores e bens	5.242	6.019
Adiantamentos e antecipações salariais	975	780
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	75	10
Adiantamentos para Confederação Sicredi	639	704
Impostos e contribuições a compensar	25	34
Cotas de consórcio	774	646
Pendências a regularizar	112	92
Outros	553	259
Total circulante	8.395	8.544

Os adiantamentos para Confederação Sicredi referem-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

a) Outros valores e bens

	31/12/2020	31/12/2019
Bens não de uso próprio	5.303	6.250
Imóveis	5.239	5.947
Veículos e afins	64	303
Material em estoque	17	-
Despesas antecipadas	67	48
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(145)	(279)
Total circulante	5.242	6.019

b) Movimentação da provisão para desvalorização de bens não de uso:

Conforme determinações previstas no CPC 01, a provisão é constituída de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda, abaixo segue a movimentação dos valores:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(279)	(331)
Constituição de provisão	(14)	(9)
Reversão de provisão	148	61
Saldo final	(145)	(279)

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2020	31/12/2019
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	7.058	7.058
Sicredi Participações S.A.	3.147	3.147
Outras participações e investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	10.206	10.206

Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Número de ações/quotas possuídas	1.013.054 ON	1.013.054 ON	1	1	7.057.891	7.057.891
	2.133.805 PN	2.133.805 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,27%	0,30%	0,62%	0,62%	2,21%	2,23%
Capital social	1.178.211	969.491	161	164	318.901	317.064
Patrimônio líquido	1.222.087	989.638	334.310	312.950	320.371	318.570
Resultado líquido do exercício	38.149	6.514	21.363	60.259	-	-
Valor do investimento	3.147	3.147	1	1	7.058	7.058

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	Custo	31/12/2020		31/12/2019
			Depreciação/ amortização acumulada	Líquido	
Imobilizado de uso	-	28.840	(10.754)	18.086	20.974
Imobilizações em curso	-	571	-	571	1.563
Terrenos	-	218	-	218	218
Instalações	10%	299	(207)	92	90
Beneficiárias em imóveis de terceiros	10%	15.860	(4.862)	10.998	12.443
Móveis e equipamentos	10%	5.857	(2.421)	3.436	3.883
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	832	(387)	445	421
Equipamentos de processamento de dados	20%	4.465	(2.676)	1.789	1.866
Veículos	20%	738	(201)	537	490
Intangível		11.850	(7.514)	4.336	4.884
Investimentos Confederação		11.820	(7.503)	4.317	4.859
Outros ativos intangíveis		30	(11)	19	25

Os investimentos Confederação são valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para o intangível e referem-se aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizados com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	175.575	-	-	175.575	100.765
Depósitos interfinanceiros	5.992	40.598	-	46.590	5.652
Depósitos à prazo	3.391	13.278	354.606	371.275	282.800
Total	184.958	53.876	354.606	593.440	389.217
Total circulante				238.834	118.812
Total não circulante				354.606	270.405

NOTA 12 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

	31/12/2020	31/12/2019
Repasses interfinanceiros	147.467	105.935
Recebimentos e pagamentos a liquidar	1	-
Total	147.468	105.935

a) Repasses Interfinanceiros

	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	13.913	61.752	57.810	133.475	105.935
Total - Recursos do Crédito Rural	13.913	61.752	57.810	133.475	105.935
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	-	13.992	13.992	-
Total - Outros Recursos	-	-	13.992	13.992	-
Total	13.913	61.752	71.802	147.467	105.935
Total circulante				75.665	70.852
Total não circulante				71.802	35.083

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de recursos do crédito rural operam com uma taxa até 8% a.a. com vencimentos até 10/12/2030, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

"As obrigações por repasses interfinanceiros são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A. e advindos do compulsório da poupança. A taxa praticada é 84,5% do CDI e o vencimento em 01/06/2023 ."

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

Empréstimos no País	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	26	4.461	4.487	4.464
Total	-	26	4.461	4.487	4.464
Total circulante				26	3
Total não circulante				4.461	4.461

As obrigações por empréstimos com recursos repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A., operam com uma taxa de CDI + 0,85% com vencimento em 15/10/2026.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES

Os repasses são apresentados a seguir:

Repasses no País	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
BNDES	194	788	1.730	2.712	-
Total	194	788	1.730	2.712	-
Total circulante				982	-
Total não circulante				1.730	-

As obrigações por repasses operam com uma taxa até 3,75% a.a. com vencimento até 01/11/2023.

NOTA 15 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para garantias financeiras prestadas	359	150
Instrumentos de dívida elegíveis a capital - Banco	4.801	197
Recursos em trânsito de terceiros	803	1.074
Total circulante	5.963	1.421
Instrumentos de dívida elegíveis a capital - Banco	-	4.732
Total não circulante	-	4.732

A provisão para garantias financeiras prestadas refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

Os instrumentos de dívida elegíveis a capital - Banco referem-se a contratos de mútuo com cláusula de subordinação firmados em março de 2013 com vencimento em dezembro de 2021 pela Cooperativa e o Banco Cooperativo Sicredi com o objetivo de alavancar as operações de crédito, possui taxa anual de 158,5% do CDI, pagos semestralmente

NOTA 16 – PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Probabilidade de perda	31/12/2020	31/12/2019
Trabalhista	Provável	182	247
Cível	Provável	357	244
Total não circulante		539	491

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2020	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2020
Trabalhista	247	13	(78)	182
Cível	244	152	(39)	357
Total não circulante	491	165	(117)	539

Em 31 de dezembro de 2020, a Cooperativa não possuía processos com a probabilidade de perda possível (2019 - R\$ 30 - Cível).

NOTA 17 – OUTROS PASSIVOS

	31/12/2020	31/12/2019
Operações com cartões	35.319	24.781
Provisão para pagamentos a efetuar	2.852	2.546
Cotas de capital a pagar	1.882	760
Provisão para participações nos lucros	4.992	4.880
Fundo de assistência técnica, educacional e social	1.615	1.024
Impostos e contribuições a recolher	1.099	1.055
Credores diversos	3.340	3.783
Cheques administrativos	10.453	3.254
Cobrança e arrecadação de tributos	3	116
Pendências a regularizar	372	144
Total Circulante	61.927	42.343

As operações com cartões referem-se a agenda financeira de cartão e parcelado lojista.

NOTA 18 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	31/12/2020	31/12/2019
Capital social	46.067	44.021
Total de associados	50.343	47.488

Em 31 de dezembro de 2020, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 2.046 (2019 – R\$ 6.949), sendo R\$ 2.255 (2019 – R\$ 2.370) via integralização de resultados e R\$ 3.285 (2019 – R\$ 6.334), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 3.494 (2019 – R\$ 1.755).

b) Juros ao capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 3,08% em Conta Capital, no montante de R\$ 1.358, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados de acordo com o estatuto social, nos seguintes percentuais:

- 60% para a Reserva Legal, que tem por objetivo reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 10% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa;

Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou os valores recuperados referentes a prejuízo de anos anteriores para a Reserva Legal conforme definido pelo Conselho de Administração.

NOTA 19 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2020 a Cooperativa utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo Garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 515 (R\$ 0 em dezembro de 2019), registrada no grupo de "Outras Receitas Não Operacionais".

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

NOTA 20 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	18.928	19.993
Participação nas sobras	(4.589)	(4.477)
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	14.339	15.516
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(5.736)	(6.206)
Efeito dos ajustes previstos na legislação:		
Sobras decorrentes dos atos cooperativos	4.510	4.446
Juros sobre capital próprio pagos aos associados no exercício	543	966
Demais adições e exclusões previstas na legislação	(7)	2
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(690)	(792)

Demais adições e exclusões consideram os efeitos dos demais itens previstos na legislação, como: doações, constituição e reversão de provisões, resultados de equivalência patrimonial, etc. Considerando as possibilidades de adições e exclusões previstas na legislação, é possível que as cooperativas apurem prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL, que serão controladas e utilizadas para posterior compensação com resultados futuros.

NOTA 21 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	5.118	8.257
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	375.375	178.775
Outros ativos financeiros - Rendas a receber (Nota 07)	1.363	1.002
Outros ativos (Nota 08)	639	863
Investimentos (Nota 09)	10.206	10.206
Intangível (Nota 10)	4.317	4.859
Passivo		
Depósitos interfinanceiros (Nota 11)	46.590	5.652
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	147.467	105.935
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	4.487	4.464
Outros passivos (Nota 17)	33.810	24.757
Principal e juros dívida subordinada (Nota 15)	4.801	4.929
Receitas		
Resultado títulos e valores mobiliários	200	191
Ingressos e receitas de prestação de serviços	5.244	3.870
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 24)	7.920	10.204
Receita não operacional - Doação SFG (Nota 19)	515	-
Despesas		
Operações de captação no mercado	758	158
Operações de empréstimos e repasses	6.692	5.953
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 23)	1.461	2.515
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 25)	8.973	9.012

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e à prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2020	% em relação ao total	31/12/2019
Depósitos à vista	70	0,04%	113
Depósitos à prazo	1.491	0,40%	793
Operações de crédito	1.105	0,24%	1.995

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	31/12/2020	31/12/2019
Pessoas chave da administração	4.615	5.230

NOTA 22 – DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Remuneração	8.282	16.272	16.148
Benefícios	3.368	6.576	5.590
Encargos sociais	3.350	6.297	6.005
Treinamentos	13	30	205
Total	15.013	29.175	27.948

NOTA 23 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Água, energia e gás	332	726	769
Alugueis	1.355	2.721	2.693
Comunicação	419	884	1.229
Manutenção e conservação	975	1.874	1.893
Material de expediente	220	435	437
Processamento dados	580	1.221	865
Promoções, relações públicas, propaganda e publicidade	1.662	2.828	2.409
Serviços do sistema financeiro	1.275	2.617	2.791
Serviços de técnicos especializados e de terceiros	2.515	4.345	2.789
Serviços de vigilância e segurança	1.129	2.321	2.193
Serviços de transportes	687	1.382	1.563
Depreciação	1.501	2.994	2.008
Amortização (Rateio Confederação)	858	1.510	1.236
Amortização outros ativos intangíveis	3	6	5
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	82	471	920
Emolumentos e taxas diversas	218	424	446
Outras despesas administrativas	683	1.392	2.063
Total	14.494	28.151	26.309

NOTA 24 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Absorção de dispêndios - FATES	82	471	920
Recuperação de encargos e despesas	293	479	581
Ingressos depósitos intercooperativos	3.722	7.681	9.975
Reversão de provisões operacionais	745	1.199	1.445
Reversão de provisões para garantias financeiras prestadas	81	105	36
Reversão de provisões para passivos contingentes	38	117	267
Aluguel de máquina - Cartões Sicredi	511	511	-
Outras rendas operacionais	216	281	110
Total	5.688	10.844	13.334

Os ingressos depósitos intercooperativos referem-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 25 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Descontos concedidos em renegociação de crédito	2.268	3.825	2.646
Contribuições Cooperativistas	108	215	207
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	76	442	870
Contribuição Confederação Sicredi	3.665	6.926	6.336
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	415	822	906
Encargos da administração financeira	-	2	51
Repasso Administradora de Cartões	-	111	284
Provisões para garantias financeiras prestadas	176	314	86
Provisões para passivos contingentes	108	165	307
Outras provisões operacionais	473	913	848
Operação com cartões (emissão, postagem, processamento, demais)	1.543	2.425	1.628
Risco operacional	100	232	530
Juros e comissões	6	6	3
Outras despesas operacionais	778	1.328	1.065
Total	9.716	17.726	15.767

NOTA 26 – RESULTADO RECORRENTE E NÃO RECORRENTE

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes das destinações	6.191	13.649	14.724
Eventos não recorrentes	515	515	-
Resultado recorrente	5.676	13.134	14.724

NOTA 27 – COOBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	31/12/2020	31/12/2019
Beneficiários de garantias prestadas	32.815	12.613
Total	32.815	12.613

Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 28 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que refletem o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades têm como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistematicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

- Normatização interna contendo regras, papéis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados ao pessoal da instituição;
- Identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos operacionais;
- Armazenamento, monitoramento e investigação de perdas operacionais, visando mantê-las em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Reportes periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional e controles internos aos fóruns de governança;
- Implementação e manutenção de programas de capacitação sobre a cultura de riscos e controles na Instituição;
- Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;
- Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócios, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade.

Ainda, um conjunto de procedimentos vem sendo implementados para avaliar, gerenciar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreio e relatório da observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistematicamente.

VI - Risco de Segurança da Informação

O risco de segurança da informação é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta com Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio.

VII - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho “Sobre nós\ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos”

NOTA 29 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio de Referência (PR)		
Nível I (NI)	101.823	93.044
Capital principal - CP	101.823	91.073
Capital social	46.067	44.021
Reservas de capital	56.905	48.864
Lucros acumulados	3.187	3.072
Ajustes Prudenciais	(4.336)	(4.884)
Nível II (NII)	-	1.971
Letras Financeiras e Dividas Subordinadas	-	1.971
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	606.409	473.181
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	1.748	983
Margem de Capital	43.982	42.377
Índice de Basileia (PR / RWA)	16,79%	19,66%
Situação de Imobilização (Imob)	18.087	20.975
Índice de Imobilização (Imob / PR)	17,76%	22,54%

Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 30 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2020, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Antônio Carlos Daineze
Diretor Executivo
CPF: 328.906.999-00

Rui Loiola de Souza
Diretor de Operações
CPF: 882.753.459-87

Jarvis José da Silva
Contador
CRC: PR-38708/O
CPF: 490.344.809-68